

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 30 de Junho de 2017 e 2016.

No primeiro semestre de 2017, a LeasePlan atingiu seu melhor resultado em um único semestre, chegando a R\$11,5 milhões; a efetividade da nossa estratégia de crescimento sustentável traduziu-se no crescimento de 12% do lucro líquido em relação ao ano anterior. Essa melhoria deve-se principalmente ao crescimento do volume de negócios, melhoria contínua da eficiência operacional, e do excelente desempenho nas vendas de veículos seminovos.

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o desenvolvimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo Banco Central do Brasil. Em Junho de 2017, nosso índice de Basileia ficou em 21,6%.

Nossa excepcional posição financeira demonstra a solidez do nosso negócio. Temos um histórico de mais de 50 anos de liderança mundial, gerenciamos 1,7 milhões de veículos nos 32 países que atuamos e estamos bem posicionados para capitalizar as oportunidades apresentadas pelo dinâmico cenário de mobilidade. Em 2017 a LeasePlan vem fazendo investimentos importantes para tornar-se uma organização ainda mais integrada através do projeto mundial "One LeasePlan" que visa utilizar o potencial mundial do grupo no seu máximo cenário mais valor para nossos acionistas e clientes e mantendo os mais altos padrões de governança corporativa. Os primeiros

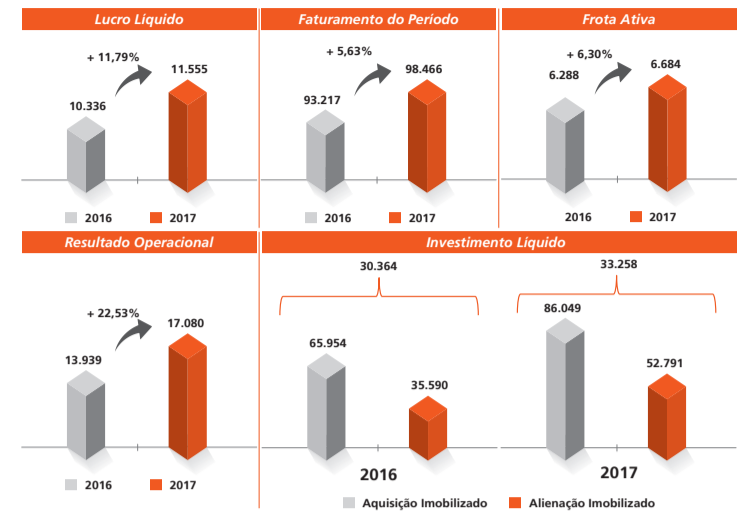
resultados já estão refletidos no aumento no lucro líquido do grupo que cresceu 21% em relação ao 1º trimestre de 2016.

Continuamos empenhados em oferecer as melhores soluções aos clientes que valorizam o conceito de mobilidade e parceria e que buscam administrar suas frotas ou reduzir custos através de produtos com diferenciais únicos e elevados padrões de eficiência e transparência. Temos orgulho em compartilhar que a qualidade dos nossos serviços percebida pelos clientes vem subindo a cada ano, demonstrando que estamos na direção certa na nossa busca contínua da melhoria do nível de satisfação.

Orgulhamo-nos de ter na LeasePlan uma sólida estrutura de Governança Corporativa que assegura que a gestão da empresa esteja sempre alinhada aos objetivos estratégicos garantindo a perenidade do desempenho e a geração de valor no longo prazo. Dedicamo-nos a assegurar que todos os nossos colaboradores e parceiros sigam os mais elevados padrões de ética e compliance e que pautem suas decisões de acordo com nosso Código de Conduta e políticas.

Os expressivos resultados alcançados até o momento em 2017 e o suporte aos nossos planos ambiciosos para 2018 não seriam possíveis sem o empenho dos nossos colaboradores que em momentos de grandes desafios vivem ainda mais intensamente nossos valores: Comprometimento, Paixão, Respeito e Expertise. Agradecemos a todos que nos permitiram obter mais um período de resultados positivos, principalmente aos nossos clientes pela parceria e confiança.

Destques do Período



BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	Jun/2017	Jun/2016
ATIVO		55.568	55.236
Ativo Circulante		3.873	4.298
Disponibilidades		7.674	7.734
Operações de arrendamento mercantil	4		
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	4(a) / 4.(a).II	137.291	130.458
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	4.(a) / 4.(a).II	(129.139)	(122.551)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	4.(a) / 4.(a).II	(478)	(478)
Outros créditos		5.457	6.086
Diversos	5.(a)	6.695	7.295
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	4.(b)	(1.238)	(1.209)
Outros valores e bens		38.564	37.118
Bens não de uso próprio	5.(b)	20.827	20.827
Despesas antecipadas		17.214	16.291
Ativo realizável a longo prazo		325.964	280.129
Operações de arrendamento mercantil			
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado		114.700	98.963
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(114.700)	(98.963)
Permanente		325.964	280.129
Imobilizado de uso		2.050	443
Outras imobilizações de uso	6.(a)	2.050	443
Depreciações acumuladas		(746)	(746)
Intangível		63	155
Imobilizado de arrendamento mercantil		323.851	279.531
Bens arrendados		396.579	360.212
Impairment		(435)	(190)
Depreciações acumuladas		(72.293)	(60.491)
TOTAL DO ATIVO		381.532	335.365

	Nota	Jun/2017	Jun/2016
PASSIVO		193.178	168.037
Passivo Circulante		122.121	106.913
Obrigações por empréstimos	7		
Empréstimos no país		122.121	106.913
Outras obrigações		71.057	61.124
Fiscais e previdenciárias	9.(d)	6.322	4.223
Diversas	5.(c)	64.735	56.901
Passivo exigível a longo prazo		90.746	90.612
Obrigações por empréstimos		90.746	90.612
Empréstimos no país		90.746	90.612
Patrimônio líquido		97.608	76.716
Capital de domiciliados no País		72	72
País	10	72	72
Outros	10	91.489	91.489
Resultados acumulados		6.047	(14.845)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		381.532	335.365

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Junho 2017	Junho 2016
Receitas da intermediação financeira		95.475	87.094
Operações de arrendamento mercantil	4.(c)	80.828	77.619
Recalcul na finalização de contratos	4.(c)	14.647	9.475
Despesas da intermediação financeira		(65.599)	(65.862)
Operações de captações no mercado	7	(14.979)	(14.274)
Operações de arrendamento mercantil	4.(c)	(50.332)	(51.383)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.(a) / 4.(b)	(248)	(205)
Resultado bruto da intermediação financeira		29.876	21.232
Outras receitas (despesas) Operacionais		(12.836)	(7.283)
Recalcul de prestação de serviços		1.880	2.102
Recalcul de aplicações financeiras		146	235
Despesas de pessoal	5.(d)	(9.097)	(8.304)
Outras despesas administrativas	5.(e)	(3.653)	(3.758)
Despesas tributárias	9.(c)	(1.656)	(1.386)
Outras despesas operacionais	5.(f)	1.111	4.021
Outras despesas operacionais	5.(f)	(1.567)	(190)
Impairment (Provisão)/Reversão de Imobilizado de Arrendamento	6.(d)	-	(13)
Resultado Operacional		17.080	13.939
Resultado antes da Tributação sobre o lucro		17.080	13.939
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.(a)	(5.525)	(3.603)
Provisão para Imposto de Renda		(1.752)	(1.370)
Provisão para Contribuição Social		(3.773)	(1.633)
Lucro líquido do semestre		11.555	10.336
Quantidade de ações		91.561	91.561
Lucro por ação - R\$		1,26	1,13

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	Junho 2017	Junho 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do período	11.555	10.336
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	22.581	36.027
Provisão para Impairment	-	13
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	248
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	248
Provisão para contingências civis, fiscais e trabalhistas	1.052	59
Despesas de juros	17.406	14.274
Lucro líquido ajustado	52.842	60.914
(Aumento) redução em ativos operacionais	(33.394)	(43.290)
Operações de arrendamento mercantil	647	3.045
Baixa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.255)
Outros valores e bens	596	1.052
Outras operações	(1.369)	(13.840)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(86.049)	(65.944)
Alienação de imobilizado de arrendamento	52.791	35.590
Aumento (redução) em passivos operacionais	(6.271)	328
Outras obrigações	(2.359)	3.240
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(2.912)	(2.902)
Resultado de exercícios futuros	-	(1)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	14.177	17.952
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(2.038)	(30)
Alienação de imobilizado de uso e intangível	169	11
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.869)	(19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos captados	57.500	57.500
Empréstimos amortizações de principal	(58.000)	(64.000)
Juros pagos	(11.694)	(7.373)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(12.194)	(13.873)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	114	4.060
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.759	238
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.873	4.298
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	114	4.060

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com mais de 50 anos de liderança no setor e presente em 32 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e a Lease Plan Brasil Ltda. com sede em Barueri. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de arrendamento mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a prestação de serviços multi marcos para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, consultoria e suporte na seleção e política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contidas no Manual de Pronunciamentos Contábeis aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 12 de maio de 2010. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com o plano contábil internacional, homologado pelos órgãos reguladores e consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As Demonstrações Contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 29 de Agosto de 2017. a) Alterações nas normas contábeis brasileiras: Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil em termos de aumentos contábeis já aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 12 de maio de 2010. b) Benefícios a Empregados (CPC 3): Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01): Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03): Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05): Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25): Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes (CPC 24): Resolução nº 3.959/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10): Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros (CPC 23) e Resolução nº 4.144/12 - Estrutura conceitual para a elaboração de demonstrações contábeis (CPC 4.144/12 - Estrutura conceitual para a elaboração de demonstrações contábeis) e Resolução nº 4.242/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33). Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídos caixa e caixas e recursos financeiros disponíveis em rubrica "Disponibilidades" e recursos financeiros em prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela LeasePlan Arrendamento para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Operações de Arrendamento Mercantil: A carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme descrito a seguir: **Arrendamentos Operacionais a Receber:** Referem-se ao valor presente das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **II. Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil Operacional:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais. **III. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. **Provisão para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duvidosa:** Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em conta a natureza da contraprestação, a existência passada e futura de riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência. **d) Imobilizado de Uso:** O imobilizado de uso corresponde aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Até dezembro de 2016, foram demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada; e a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica dos ativos: 60 meses para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses para equipamentos de informática e telecomunicação. A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil Operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional. **e) Intangível:** O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, fiscal e previdenciária, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações civis, trabalhistas ou de natureza fiscal. Essas contingências, de acordo com a prática conservadora adotada, são avaliadas por nossos assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado. - **Obrigações Fiscais:** Decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade e constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizadas de acordo com a regulamentação vigente. **h) Tributos:** Calculados às alquotas aplicadas, considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

4. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Composição da Carteira e Provisão para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duvidosa distribuídas pelos Níveis de Risco

Nível de risco	% Provisão mínima requerida		Carteira		Provisão	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
AA	0%	1,298	3,331	-	-	-
A	14	0,5%	5,359	4,361	27	22
B	30	3%	566	-	17	0
C	40	5%	18,243	3	2	0
D	120	30%	9	67	3	20
E	150	50%	196	-	98	-
F	180	70%	-	45	-	31
G	> 180	100%	312	-	312	-
Total		8.152	7.807	478	73	73

1. Movimentação da Provisão para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duvidosa

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no início do período	191	2.281
Constituição de provisão	298	57
Reversão de provisão	(11)	(10)
Baixa de provisão	-	(2.255)
Saldo no final do período	478	73

2. Composição da Carteira de Arrendamento Mercantil Operacional por Setor de Atividade

	30/06/2017	%	30/06/2016	%
Setor Privado				
Passo Jurídica				
Indústria	7.563	92,78%	7.295	93,45%
Química	4.241	53,25%	3.589	45,97%
Alimentação	1.056	12,95%	1.120	14,35%
Elétrica	581	7,13%	965	12,36%
Outras Indústrias	616	7,56%	695	8,90%
Automotiva	501	6,15%	532	6,81%
Telecomunicação	328	4,02%	332	4,26%
Mineração	140	1,71%	61	0,79%
Serviços e outros	419	5,13%	210	2,68%
Comércio	170	2,09%	302	3,87%
Total	8.152	100%	7.807	100%

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no início do período	1.277	1.051
Constituição de provisão	128	12
Reversão de provisão	(167)	(84)
Saldo no final do período	1.238	1.084

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores da
LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.
 Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A., ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do**

auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
 Contador CRC 1SP206103/O-4